



PODER

Chefes dos Três Poderes enaltecem a harmonia entre as instituições, e Barroso, num gesto simbólico, retira as grades que cercavam o STF

CELEBRAÇÃO DA VOLTA À normalidade democrática

» LUANA PATRIOLINO
» RENATO SOUZA

Na reabertura do ano judiciário, os chefes dos Três Poderes enalteceram a harmonia entre as instituições e celebraram a volta do país à normalidade democrática, após os anos de ataques especialmente contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e os atos golpistas de 8 de janeiro. Depois da sessão, num gesto simbólico, o presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso — acompanhado dos presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) —, retirou as grades que cercavam a sede do tribunal.

“Acho que a retirada da grade é um gesto simbólico de normalidade democrática e de confiança na volta da civilidade das pessoas”, afirmou Barroso. “A vida democrática tem espaço para todas as visões, inclusive para os protestos, mas não para a violência.”

As grades começaram a ser usadas em 2013 e passaram a ser fixas em 2016. Ao longo dos últimos anos, foi feito um reforço e a ampliação dos equipamentos de segurança, diante do risco de ameaças de extremistas, principalmente no governo Bolsonaro.

No começo da sessão, Barroso destacou: “É uma bênção podermos fazer essa abertura do ano judiciário sem termos nenhuma preocupação que não sejam as normais de um país: crescimento, educação, proteção ambiental e todos os outros valores que estão na Constituição e que nos unem”.

O presidente do STF afirmou que as instituições funcionam no Brasil e que por isso “não precisa gastar energia falando de democracia”. “Não preciso falar de separação de Poderes, porque trabalhamos de forma civilizada, nos tratamos com respeito”, emendou. Ele minimizou os atritos entre o Supremo e o Congresso no ano passado, ao anunciar o discurso de Pacheco. “Somos imunes a intrigas”, frisou.

Pacheco mencionou as depredações causadas na Corte pelos golpistas do 8 de janeiro. Segundo o parlamentar, mesmo com os ataques, a democracia brasileira permanece “inabalável” e as instituições voltaram à “normalidade democrática”.

“Foi justamente a tenacidade dos Poderes da República e o amor à democracia que nos mantiveram firmes e inabaláveis em nossos propósitos

Felipe Sampaio / SCO/STF



Após a sessão que reabriu o ano judiciário, os chefes dos Poderes e outras autoridades participaram do ato de retirada das grades do STF

Saiba mais

O último a retirar grades

A retirada das grades do STF ocorreu após a Presidência da República e o Congresso Nacional fazerem o mesmo. Em maio do ano passado, o Planalto removeu as grades que protegiam seu prédio desde 2013, quando Brasília foi alvo de protestos que culminaram na invasão da parte superior do Congresso Nacional. A cúpula do Legislativo também

mandou retirar, neste ano, as grades que protegiam suas instalações. A remoção oficial foi logo após a cerimônia de um ano dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

O prédio do Supremo foi o mais destruído na invasão de apoiadores extremistas do ex-presidente da República Jair Bolsonaro.

republicanos”, disse. “Hoje (ontem), na abertura do ano judiciário de 2024, as coisas parecem estar, enfim, voltando à normalidade democrática. Os Poderes da República têm mais tranquilidade para definir e perseguir suas prioridades e objetivos.”

Lula, por sua vez, citou o impacto dos atos golpistas de 8 de janeiro e as ameaças sofridas pelos integrantes da Corte durante os anos do governo anterior. Segundo o presidente, a Justiça “cumpre o

dever” ao condenar os extremistas.

“Quero saudar não apenas o STF, mas também as pessoas que dão vida a esta Corte. Vocês sentiram na pele o peso do ódio que se abateu sobre o Brasil nesses últimos anos. Sofreram perseguições, ofensas, campanhas de difamação e até mesmo ameaças de morte, inclusive contra seus familiares”, disse. “Mas vocês não estavam sozinhos. As demais instituições e os democratas deste país estiveram, e estarão, sempre ao lado de vocês.”

O chefe do Executivo acrescentou: “Juntos, enfrentamos uma ameaça que conhecíamos apenas das páginas mais trágicas da história da humanidade: o fascismo. Diziam que para fechar o STF bastariam um cabo e um soldado. Vieram milhares de golpistas armados de paus, pedras, barras de ferro e muito ódio. Mas não fecharam nem o Supremo, nem o Congresso, nem a Presidência da República. Pelo contrário. As instituições e a própria democracia saíram fortalecidas da tentativa de golpe”.

O petista voltou a cobrar a regulação das redes sociais para “desmantelar a criminosa máquina de fake news, que, durante a pandemia, espalhou suspeitas infundadas sobre as vacinas, causando a morte de centenas de milhares de brasileiros e brasileiras”. “É preciso criminalizar aqueles que incitam a violência nas redes sociais. Mas é também necessário responsabilizar as empresas pelos crimes que são cometidos em suas plataformas.”

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não participou da cerimônia. A Casa foi representada pelo 1º vice-presidente, Marcos Pereira (PR-SP).



Não fecharam nem o Supremo, nem o Congresso, nem a Presidência da República. Pelo contrário, as instituições e a própria democracia saíram fortalecidas da tentativa de golpe”

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República



Acho que a retirada da grade é um gesto simbólico de normalidade democrática e de confiança na volta da civilidade das pessoas”

Luís Roberto Barroso,
presidente do STF



As coisas parecem estar, enfim, voltando à normalidade democrática. Os Poderes da República têm mais tranquilidade para definir e perseguir suas prioridades e objetivos”

Rodrigo Pacheco (PSD-MG),
presidente do Congresso

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Lira esnobou reabertura dos trabalhos do Supremo

Não fosse a ausência do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a reabertura dos trabalhos do Supremo Tribunal Federal (STF) teria sido uma incontestável demonstração de harmonia entre os Poderes. Tanto o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, quanto o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que fez o discurso mais duro da cerimônia, ressaltaram a harmonia e o alinhamento com a democracia entre o Judiciário, o Executivo e o Legislativo. A Câmara foi representada por seu vice-presidente, Marcos Pereira (PR-SP). Lira permaneceu em Alagoas, em razão de compromissos político-eleitorais.

“É uma bênção nós podermos fazer esta abertura do ano judiciário sem termos nenhuma preocupação que não sejam as preocupações normais de um país: crescimento, educação, proteção ambiental e todos os outros valores que estão na Constituição, que nos unem a todos”, disse Barroso.

Pacheco seguiu a mesma linha, mas destacou que o Judiciário julga “aquilo

que é de sua competência e busca o equilíbrio na aplicação da lei”. O Supremo tem sido alvo de críticas de parlamentares que veem a Corte interferindo em assuntos que seriam competência exclusiva do Congresso.

A sucessão no comando do Senado e da Câmara também está repercutindo nas relações com o Supremo. No primeiro caso, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), deseja voltar ao comando Casa. Para não correr riscos, se aliou ao senador Rogério Marinho (PL-RN), que lidera uma bancada de oposição com 32 senadores. O parlamentar potiguar é quem mais critica o Supremo, sobretudo o ministro Alexandre de Moraes, responsável pelo inquérito das fake news, que investiga a tentativa de golpe de 8 de janeiro.

No fim do ano passado, na Câmara, Lira havia engavetado os projetos que limitam os poderes dos ministros do Supremo, mas agora sofre forte pressão da bancada bolsonarista para pausá-los, principalmente depois da operação de busca e apreensão determinada

por Moraes contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), que está sendo investigado no caso da chamada “Abin paralela” e teve seu gabinete e residência oficial da Câmara devassados.

Ramagem foi diretor-geral da agência de inteligência e é pré-candidato a prefeito do Rio de Janeiro. Em resposta ao silêncio da Câmara quanto ao caso, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, ameaçou lançar uma candidatura da legenda contra o candidato de Lira à sucessão na Casa, deputado Marcos Pereira (PR-SP). Uma das propostas é acabar com o foro privilegiado, o que faria com os processos contra deputados e senadores fossem para a primeira instância em seus estados.

No seu discurso, o presidente Lula manteve o tom duro contra a oposição, sem citar o ex-presidente Bolsonaro. Disse que as instituições enfrentaram juntas “uma ameaça que conhecíamos apenas das páginas mais trágicas da história da humanidade: o fascismo”. Destacou sua preocupação com o chamado “discurso do ódio”. E que é preciso “criminalizar aqueles que incitam a violência nas redes sociais, mas é também necessário

responsabilizar as empresas pelos crimes que são cometidos em suas plataformas, como pedofilia, incentivo aos massacres nas escolas e estímulo à automutilação de adolescentes e crianças”.

Modernização

Barroso dedicou a maior parte de seu discurso a medidas para agilizar, facilitar e modernizar o acesso da sociedade à Justiça, inclusive com adoção de linguagem clara e objetiva nas sentenças, que facilite a compreensão sobre as decisões judiciais. Anunciou a publicação do edital do primeiro Exame Nacional da Magistratura, que vai simplificar os concursos para juízes, com a realização de uma prova anterior e unificando o conhecimento que se demanda de um juiz. O objetivo da medida é estabelecer um padrão mínimo de competência jurídica para a magistratura.

Destacou a adoção pelo CNJ do modelo de promoção por merecimento por paridade. Tanto a promoção quanto a convocação de novos juízes deverão observar a alternância de gêneros. Também foi instituído um programa de

bolsas para candidatos negros à magistratura, no valor de R\$ 3 mil mensais, para que possam se dedicar ao concurso e efetivamente preencherem as vagas.

Em novembro passado, registrou Barroso, o STF abriu edital de chamamento público para conhecer protótipos de soluções de inteligência artificial que permitam resumir processos judiciais. Ao todo, mais de 30 empresas, universidades e startups apresentaram propostas. Um dos projetos é um programa capaz de resumir processos que chegam aos tribunais superiores, sob supervisão judicial, com o fato relevante, as decisões de primeiro e segundo graus e as razões de recurso.

No ano passado, foram propostas mais de 31 milhões de ações, um incremento de 10% em relação ao ano anterior. A Justiça do Brasil soluciona uma média de 79 mil processos por dia e, por magistrado, são baixados cerca de 1.787 processos. Segundo Barroso, a Justiça brasileira custa R\$ 116 bilhões, dos quais 70% são arrecadados pelo próprio Judiciário, que tem 18 mil juízes, 272 mil servidores e 145 mil colaboradores.